



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-CCSA**  
**CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**VANESSA PEREIRA BARBOSA**

**OS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS COLOCADOS AO SERVIÇO SOCIAL NO  
ENFRENTAMENTO DO PRECONCEITO CONTRA PESSOAS LGBTs**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**DEZEMBRO 2018**

**VANESSA PEREIRA BARBOSA**

**OS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS COLOCADOS AO SERVIÇO SOCIAL NO  
ENFRENTAMENTO DO PRECONCEITO CONTRA PESSOAS LGBTs**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Universidade Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial para a obtenção de título de bacharelado em  
Serviço Social.

Orientadora: Prof. Ma. Maria Aparecida Nunes dos  
Santos.

**CAMPINA GRANDE**

**2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B238d Barbosa, Vanessa Pereira.  
Os desafios ético-políticos colocados ao serviço social no enfrentamento do preconceito contra pessoas LGBTs [manuscrito] / Vanessa Pereira Barbosa. - 2018.  
43 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.  
"Orientação : Profa. Ma. Maria Aparecida Nunes dos Santos, Coordenação do Curso de Serviço Social - CCSA."  
1. Serviço social. 2. Preconceito de gênero. 3. LGBTs. 4. Estágio supervisionado. I. Título

21. ed. CDD 361.32

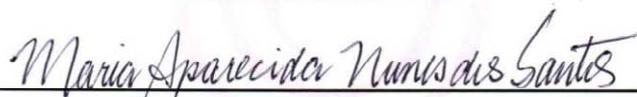
VANESSA PEREIRA BARBOSA

**OS DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS COLOCADOS AO SERVIÇO SOCIAL NO  
ENFRENTAMENTO DO PRECONCEITO CONTRA AS PESSOAS LGBTs**

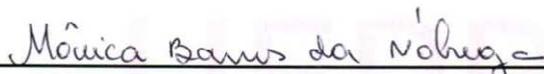
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Maria Aparecida Nunes dos Santos.

Aprovada em: 18/12/2018

BANCA EXAMINADORA:



Prof.<sup>a</sup> Ma. Maria Aparecida Nunes dos Santos  
Orientadora



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Barros da Nóbrega  
1<sup>a</sup> Examinadora



Prof. Ms. Lucas Bezerra de Araújo  
2<sup>a</sup> Examinadora

Aos meus pais, José Hilton e Marinelma, por  
todo amor e a Deus, por ser o alicerce da  
minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao meu Deus, por nunca me deixar desistir dos meus objetivos, por todo amor, proteção e cuidado, por ser a minha fonte de energia para prosseguir na minha caminhada.

Aos meus pais José Hilton e Marinelma, minha fortaleza e bem maior, que sempre estão torcendo por mim e pelas minhas conquistas.

Aos meus irmãos, que sempre me apoiam e cuidam de mim com total amor.

Aos meus amigos que estiveram do meu lado e que me ajudaram nos momentos de maior necessidade.

Aos meus professores de graduação, em especial a professora Mônica, a quem sou profundamente grata, por sua compreensão e carinho, e a minha orientadora Maria Aparecida por toda dedicação.

Agradeço também ao Creas II, por proporcionar uma enriquecedora experiência de estágio, que contribuiu para a concretização do meu artigo.

“Que não te despojem de teu sentido inicial.  
É fácil crer no que crer a multidão.  
Fortalece teu entendimento de um modo  
natural; difícil é saber o que é diverso.”

(Agnes Heller)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2. CONSIDERAÇÕES SOBRE SIGNIFICADO SOCIOHISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL E O SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM A LUTA PELA ELIMINAÇÃO DO PRECONCEITO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1. Notas sobre a profissão de Serviço Social.....</b>	<b>10</b>
<b>2.2. O Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) como instrumento de enfrentamento as formas de preconceito .....</b>	<b>13</b>
<b>3. ESFERA COTIDIANA COMO ORIGINADORA DOS PRECONCEITOS NA SOCIEDADE CAPITALISTA E OS COMPLEXOS DA MORAL E DA ÉTICA.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1. Vida cotidiana: uma tentativa de aproximação às suas características.....</b>	<b>17</b>
<b>3.2. A moral burguesa e as possibilidades da ética de suspensão do cotidiano.....</b>	<b>21</b>
<b>4. O PRECONCEITO EM RELAÇÃO AS PESSOAS LGBTs E OS APRENDIZADOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>25</b>
<b>4.1. O segmento LGBT e o preconceito: um perverso binômio.....</b>	<b>25</b>
<b>4.2. Dos desafios do Serviço Social no enfrentamento do preconceito contra as pessoas LGBTs.....</b>	<b>30</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>40</b>

## RESUMO

Vanessa Pereira Barbosa<sup>1</sup>

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata da problemática do preconceito contra o segmento LGBT, cujo principal objetivo centra-se na análise da particularidade do preconceito contra o referido segmento evidenciando a experiência de estágio supervisionado em Serviço Social, no Centro de Referência Especializada da Assistência Social (Creas II), no bairro do Novo Cruzeiro, na cidade de Campina Grande-PB. As reflexões contidas neste registro são resultantes das observações e inquietações feitas durante o estágio supervisionado obrigatório, das discussões levantadas na disciplina de Ética e Serviço Social e das leituras de autores que discorrem sobre o Serviço Social, os complexos da moral, da ética, da vida cotidiana e do preconceito contra as pessoas LGBTs. Portanto, trata-se de um estudo exploratório, bibliográfico e documental. A aproximação teórica com a presente temática aponta a vida cotidiana, sobretudo, no modo de produção capitalista, como esfera propensa ao desenvolvimento de um comportamento (homofóbico) sustentado no preconceito no que se refere ao segmento LGBT. Nessa direção, os dados revelam como esse segmento vem sofrendo as mais variadas formas de violação dos direitos, do preconceito ao seu extermínio. As falas, os comentários dos socioeducandos durante a experiência de estágio, reiteram um modo de pensar baseado no senso comum e, por conseguinte, uma posição de preconceito em relação ao segmento LGBT. Levando em consideração que o assistente social dispõe de um projeto profissional que se posiciona contrário a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação, sobretudo, na atual conjuntura, os dados e observações tecidos em campo de estágio, desafiam, ainda mais, o Serviço Social, os movimentos sociais na elaboração de estratégias para o enfrentamento do preconceito.

Palavras-Chave: Serviço Social; Preconceito; LGBTs; Estágio supervisionado.

---

<sup>1</sup> Aluna de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I. Email: wanessasantus19@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) trata da problemática do preconceito contra as pessoas LGBTs.

As mais variadas formas de preconceito, como discutem Barroco, Heller, entre outros, têm solo fértil na esfera do cotidiano, se propagando de forma a ferir e a cessar a liberdade e o direito de viver, a exemplo, das pessoas LGBTs, sobretudo, num país de raízes conservadoras, racistas, machistas e preconceituosas. Também, nessa direção, Cisne e Santos (2018) sustentam que as precárias, desumanas e violentas condições de vida desse segmento é fruto de uma sociedade heteropatriarcal que dissemina os modos de vida burguês, excludente e preconceituoso.

Segundo dados divulgados pelo grupo GGB, a violência contra as pessoas LGBTs têm crescido cada vez mais, pois, só em 2017 (o ano em que houve maior número de mortes), 445 pessoas LGBTs foram assassinadas e, a cada 19 horas, um LGBT é assassinado ou se suicida vítima da denominada LGBTfobia. Tais dados - que fazem do Brasil o campeão mundial de crimes contra LGBTs - indicam como esse segmento vem sofrendo, cotidianamente, violações, tendo sua liberdade reprimida, ou como em muitos casos, negada.

Diante dessa situação vivenciada pelo segmento LGBT expressa no preconceito, na violência e no extermínio dessas pessoas, faz-se necessário problematizar, debater, publicizar e elaborar estratégias para o seu enfrentamento. Nesse sentido, tendo em vista que o profissional de Serviço Social tem um compromisso ético-político de se posicionar e combater toda e qualquer forma de preconceito, a discussão dessa problemática deve necessariamente ser parte constitutiva das produções teóricas, das sistematizações de situações vivenciadas no cotidiano profissional e das frentes de luta a qual essa categoria defende.

A escolha de problematizar essa temática, no referente trabalho, é proveniente das inquietações surgidas no decorrer da experiência de estágio supervisionado no Centro de Referência Especializado da assistência Social (Creas II), no bairro do Novo Cruzeiro, na cidade de Campina Grande-PB, mais especificamente durante os momentos de elaboração e execução do projeto de intervenção, o qual tinha como um dos seus objetivos discutir os direitos LGBTs junto aos adolescentes da referida instituição.

Esse interesse ganhou maior intensidade nas discussões realizadas em sala, durante a disciplina de Ética e Serviço Social enquanto aluna monitora da mesma, que foi de extrema importância para a construção desse trabalho, pois permitiu uma maior aproximação com esse objeto de estudo.

As reflexões sistematizadas neste trabalho resultam de estudos bibliográficos e documental, no qual foram utilizados materiais de coleta: livros, artigos, revistas, periódicos, sites, relatórios, vídeos, entre outros. Caracterizando o preconceito com que toda a população LGBT tem sido vítima, abordando a violência e repressão que sofrem cotidianamente na sociedade.

Levando em consideração todas essas questões, inquietou-nos refletir sobre a problemática do preconceito contra o segmento LGBT evidenciando a experiência de estágio supervisionado em Serviço Social e os desafios colocados à essa categoria. Nesse sentido, o presente trabalho se estrutura da seguinte forma: no primeiro momento, procuramos contextualizar, previamente, o significado sócio-histórico da profissão do Serviço Social e o compromisso ético-político desses profissionais com o enfrentamento do preconceito. Num segundo momento, trazemos para a discussão sobre o preconceito, a esfera cotidiana, a moral, a ética e a categoria trabalho. No terceiro, buscamos trazer algumas reflexões sobre a particularidade do preconceito contra as pessoas LGBTs citando dados que evidenciam sobre a violência sofrida pelo referido segmento. E, por último, considerações sobre a experiência de estágio supervisionado acerca da problemática do preconceito contra o segmento LGBTs discutida com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, experiência essa que veio a reiterar um determinado modo de ser, pensar e se comportar ancorado no preconceito sobre as pessoas LGBTs.

## **1. CONSIDERAÇÕES SOBRE SIGNIFICADO SOCIOHISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL E O SEU COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO COM A LUTA PELA ELIMINAÇÃO DO PRECONCEITO**

### **2.1. Notas sobre a profissão de Serviço Social**

Como ensina a literatura crítica do Serviço Social, a apreensão do significado sócio-histórico da profissão deve ser apanhado a partir da sua inserção na dinâmica de produção e reprodução da vida social no sistema capitalista, sobretudo, no seu estágio monopolista (NETTO, 2005). Isso supõe ultrapassar a histórica visão

minimalista/endogenista e situar a profissão no campo das relações sociais que estruturam a sociedade capitalista (YAZBEK, 2009).

Nessa direção, sob um ângulo universal, o processo de institucionalização da profissão do Serviço Social, como sustenta Netto (2005), está intrinsicamente relacionado ao conjunto de mudanças que ocorrem no processo de transição do capitalismo concorrencial para o estágio monopolista, no qual, tem-se um redimensionamento do papel do Estado, sobretudo, no que diz respeito ao enfrentamento da denominada questão social. Em outras palavras, é a partir da fase monopolista que essa questão social – e suas múltiplas expressões – passam a ser “alvo de políticas sociais” (NETTO, 2005, p. 29). Portanto, nessa nova fase do capital, a questão social passa a ser enfrentada como:

(...) problemática configuradora de uma totalidade processual específica [...] à relação capital/trabalho (...) as sequelas da questão social são recortadas como particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) (NETTO, 2005, p. 32).

Nesse sentido, conforme acentua Yazbek, (2009, p. 06), a questão social é a “matéria prima e justificativa da constituição de espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade profissional”. Porém, como diz Netto (2005), essa afirmação precisa ser mediada com entendimento de que, não é a existência da questão social (em si) que responde pelo surgimento do Serviço Social, mas, o tratamento particular que recebe por parte do Estado, no capitalismo monopolista. Assim como traz Netto (2005, p.73):

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica.

Ora, mas, o que a cultura profissional hegemônica apreende por questão social? Amparada no suporte da teoria social de Marx, Santos (2012) afirma que a questão social se funda a partir das desigualdades sociais provenientes do modo de produção capitalista, resultante da contradição entre capital e trabalho. Como esclarecem Iamamoto e Carvalho (2014, p. 83-84):

[...] A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre

o proletariado e burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social.

Disso, pode-se entender que a exploração do trabalho vivenciada pela classe trabalhadora resulta ou se expressa nas extensas jornadas de trabalho, acidentes de trabalho, adoecimento, fome, pobreza, trabalho infantil; inexistência ou precárias condições habitacionais, etc. Essas condições de vida e de trabalho não encontram-se separadas das questões de gênero, étnico-racial ou orientação sexual. Ou seja, essas condições degradantes de sobrevivência são ainda mais intensificadas, por exemplo, quando vivenciadas por mulheres, negros, velhos, pessoas LGBTs.

No Brasil, o enfrentamento dessas condições degradantes de sobrevivência da classe trabalhadora e, por conseguinte, das bases de constituição do Serviço Social como profissão dá-se, segundo Iamamoto e Carvalho (2014), no contexto de 1930 quando a questão social deixa de ser vista apenas como “caso de polícia”.

Nessa conjuntura de contradições, o Estado passa a intervir como uma figura mediadora dos tensionamentos entre as classes sociais, e as medidas estabelecidas para tanto, conformam um caráter conservador, “controlador, assistencial e paternalista” (YAZBEK, 2009, p. 06). A finalidade era apaziguar os conflitos e, principalmente, impedir a mobilização dos trabalhadores. Dessa forma, “o Estado brasileiro transformou a questão social como problema da administração, desenvolvendo políticas e agências de poder estatal nos mais diversos setores da vida nacional” (IANNI *apud* YASBEK, 2009, p.06).

Essa apreensão conservadora da questão social é impressa na formação dos primeiros assistentes sociais, mediante condução da Igreja Católica na constituição das primeiras escolas de Serviço Social. Nesse sentido, essa instituição religiosa assume um papel fundamental na construção de um determinado perfil profissional (YASBEK, 2009).

De acordo com a autora, orientados pelos ideais da Igreja, a Questão Social é reconhecida como um problema moral, em que há uma culpabilização do indivíduo pela sua situação, ocasionando uma visão conservadora, individualista, psicologizante e moralista (YASBEK, 2009, p.08).

Essa relação do Serviço Social com o pensamento conservador pode ser observado tanto na constituição dos currículos das escolas de Serviço Social, à medida que tinha disciplinas como: de higiene, anatomia, enfermagem, moral, religião, puericultura, curso familiar, entre outras (CARDOSO, 2016, p.436), quanto na elaboração dos Códigos de Ética, de 1948 a 1975, referenciados em valores e princípios conservadores (BARROCO, 2005).

Banhados por esses princípios e valores conservadores, advindos tanto do neotomismo quanto da influência norte-americana, sobretudo, no contexto da década de 1940, os assistentes sociais se inserem nas instituições assistenciais - criadas pelo Estado – e passam a atuar no processo de reprodução das relações sociais, respondendo as reivindicações tanto do capitalismo quanto da classe trabalhadora. Nesse momento, o/a assistente social assume o papel de mediador entre o capital e o trabalho, atendendo parte das demandas e reivindicações da classe operária, expressas, por exemplo nas legislações “sindicais, sociais e trabalhistas” (YAZBEK, 2009, p. 9). Dessa maneira, o núcleo estatal “vai impulsionando a profissionalização do assistente social e ampliando seu campo de trabalho em função das novas formas de enfrentamento da questão social” (YAZBEK, 2009, p. 10).

Como destaca Netto (2005), é essa constituição do mercado de trabalho dos (as) assistentes sociais (impresso no processo de venda da força de trabalho desses novos agentes) que responde pela ruptura do Serviço Social com as suas protoformas. Porém, tal movimento, não anula seus traços de continuidade com as referidas protoformas.

É somente no contexto da ditadura militar em que a profissão vivencia o denominado “Processo de Renovação do Serviço Social brasileiro”, de modo específico, a partir da vertente renovadora da “intenção de ruptura” que o Serviço Social encontra as possibilidades de problematização, denúncia e enfrentamento dos traços conservadores que historicamente se fizeram presentes na profissão (NETTO, 2010).

## **2.2. O Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) como instrumento de enfrentamento das formas de preconceito**

A “intenção de ruptura”, segundo Netto (2010), caracterizada como a terceira direção da renovação do Serviço Social brasileiro, coloca-se radicalmente contra o regime militar. Amparada na teoria Social de Marx e desenvolvida no contexto da crise do chamado “milagre brasileiro” e da reinserção da classe operária no cenário político, a

“intenção de ruptura” desagua/resulta na “maioridade teórica e política” dos assistentes sociais impressa na formação de um novo projeto profissional, denominado de PEPSS (Projeto Ético-Político do Serviço Social).

Sobre esse processo de “maioridade política”, se expressa, conforme Abramides (2016, p.470):

(...) em nossos congressos, na agenda política das entidades da categoria, na formação profissional, na produção acadêmica e intelectual, em experiências profissionais que têm se mantido na defesa intransigente dos direitos sociais e de apoio às lutas concretas dos movimentos sociais, sindical e populares contra a exploração no trabalho e a opressão e dominação de classe, na direção emancipatória.

De acordo com a autora, nesse contexto, os profissionais do Serviço Social se vincularam aos trabalhadores. E esse posicionamento fez com que a construção do Projeto Ético Político da categoria profissional tivesse por base fundamentos, como:

(...) a luta contra a ditadura, a colagem aos movimentos sociais dos anos 1980, a mudança do público profissional composto pelas camadas médias e empobrecidas, e como as vanguardas profissionais e acadêmicas da categoria são vanguardas de militância política e sociais (ABRAMIDES, 1982, p. 470).

Em relação à “maioridade teórica”, essa imprime significativos ganhos para a apreensão crítica da própria profissão no seio das contradições capitalistas. Um desses principais ganhos são materializados, inicialmente, na obra de Iamamoto (2014), na qual a autora identifica tais contradições e situa o Serviço Social nesse processo. Assim, nossa autora, descobre que a profissão se configura:

(...) como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo seu discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; [...] como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO, 2014, p.79-80).

É nesse terreno de contradições que a profissão, historicamente, se movimenta e que possibilita entender que, ao mesmo tempo, que ela se vincula na defesa intransigente de assegurar os direitos dos trabalhadores/as, a classe oprimida, ela atua também - e é aqui que se encontra essa dualidade - na reprodução e no desenvolvimento dos interesses do Estado, das instituições, do grande capital que os requisitam. Portanto,

(...) o serviço social participa tanto da criação de condições para a sobrevivência material, como de uma ação socioeducativa tensionada pela

dinâmica contraditória dos interesses em confronto no espaço em que se movimenta (YAZBEK, p. 14).

Essas “descobertas” sobre as contradições que são inerentes à profissão ajudam a compreender as tensões, os limites colocados ao PEPSS, ao compromisso ético-político com a classe trabalhadora. A construção desse projeto profissional foi desenvolvida para dar sustentação jurídico-legal ao exercício profissional dos (as) assistentes sociais, não se reduzindo apenas a essa dimensão. O PEPSS ganha materialidade, sobretudo, na Lei de Regulamentação da Profissão; no Código de Ética de 1993 e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Também fortalece e respalda as ações em direção a um projeto que defende os direitos dos trabalhadores, se articulando com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade livre de todas as formas de preconceito.

Para reforçar esse direcionamento, ético e político, Netto (1999, p.15-16) define que esse projeto:

[...] tem em seu núcleo central o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. [...] se vincula a um projeto profissional societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. [...] afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos [...].

Nessa direção, o PEPSS segue uma linha que vai de encontro ao projeto defendido e difundido pelo capitalismo, que oprime, massacra, retira direitos de toda a sociedade afim de lucro, resultando num maior fortalecimento desse sistema. Um modo de produção edificado sobre a vida dos trabalhadores, que se sujeitam para poder ter acesso a salários reduzidos, não condizentes com as condições de trabalho que essa classe está submetida.

Portanto, compreende-se que, a intervenção desses profissionais também possui uma dada direção social, que se orienta na perspectiva da transformação social da sociedade, bem como o seu projeto de classe. Sendo assim, os assistentes sociais são profissionais que se posicionam contrário a toda e qualquer forma de manifestação do preconceito, trabalhando para o seu enfrentamento e/ou eliminação. Nessa direção, tal projeto:

(...) se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e consolidação da cidadania explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. [...] se

declara radicalmente democrático – considera a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 1999, p. 15-16).

Assim, a categoria profissional, longe de ser “neutra” diante da realidade, tem um posicionamento ético-político à favor dos interesses da classe trabalhadora. No seu exercício profissional, luta contra todas as formas de opressão, preconceito, violência, exclusão que essa classe subalterna sofre cotidianamente. O que também se manifesta no Código de Ética da categoria profissional, a exemplo dos seguintes incisos:

- IV – Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação da política e da riqueza socialmente produzida;
- VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VIII – Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe etnia e gênero;
- XI – Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

O preconceito constitui uma problemática que, historicamente, encontra-se enraizada na sociedade brasileira desde sua origem. Nesse sentido, o profissional do Serviço Social tem buscado diferentes formas\estratégias de enfrentamento dessa problemática, a qual deve ser constantemente discutida, não apenas pelos assistentes sociais, mas por toda a sociedade civil, visto que:

[...] o preconceito está presente em diversas práticas de discriminação contra formas de vida e modos de comportamento que não são aceitos em suas diferenças e particularidades. Mas os diferentes preconceitos – contra mulheres, negros/as, homossexuais, imigrantes, idosos/as, portadores/as de deficiência entre outros/as – comungam de uma mesma atitude, de um mesmo comportamento e forma de pensar (BARROCO, 2016, p. 7).

Tudo aquilo que se apresenta como diferente, é tido como algo estranho e, conseqüentemente, é motivo da não aceitação de um sujeito pelo outro. Portanto, é obrigação de toda a comunidade elaborar estratégias para a eliminação desse preconceito, socialmente construído. Mas, para tratar desse assunto, é necessário, inicialmente, compreendermos a esfera da cotidianidade, porque é nela que se manifestam as mais variadas formas e situações do preconceito, bem como a sua reprodução.

### **3. ESFERA COTIDIANA COMO ORIGINADORA DOS PRECONCEITOS NA SOCIEDADE CAPITALISTA E OS COMPLEXOS DA MORAL E DA ÉTICA**

### 3.1. Vida cotidiana: uma tentativa de aproximação às suas características

Segundo Heller (2000), a cotidianidade nada mais é do que a vida de cada indivíduo, caracteriza-se como a esfera em que tudo está propenso a acontecer, é a esfera das ações imediatas, impensadas e repetitivas (acordar, escovar os dentes, toma café da manhã, pegar ônibus, trabalhar, etc.). Em outras palavras, o cotidiano é constitutivo da vida social.

Conforme Barroco (2016), o preconceito é intrínseco ao cotidiano, porque, nessa esfera, o sujeito realiza inúmeras atividades sem que haja a reflexão, por menor que seja, recaindo no pragmatismo (uma das características da vida cotidiana), isto é, ação sem reflexão, não pensada, imediata, composta de práticas espontaneístas e repetitivas. Assim, o cotidiano não se configura como sendo “o espaço da práxis, nem da teorização, mas de práticas fragmentadas e de um modo de pensar que tende a estabelecer uma unidade imediata entre o pensamento e a ação” (BARROCO, 2016, p. 10).

Ainda segundo a referida autora, a estrutura organizacional da vida cotidiana contribui para que o sujeito se reconheça apenas como um ser singular e não um ser genérico. O sujeito se dedica apenas a realização de necessidades do ‘eu’ particular. Sendo assim, esse cotidiano constitui um processo alienante do sujeito e, conseqüentemente, de suas ações.

A vida cotidiana é marcada pela heterogeneidade, nela, o indivíduo enfrenta uma rotina que exige a realização de suas capacidades para lidar com as diversas situações que se apresenta, mas essa exigência impede que o indivíduo as realize sem nenhuma ou pouca intensidade, ou seja, o sujeito não tem tempo para se concentrar e realizar apenas uma atividade (HELLER, 2000). Assim, “todos os seus sentidos são tomados ao mesmo tempo, em um só fluxo [...] o cotidiano não constitui um meio homogêneo a avocar concentradamente quaisquer desses sentidos, nenhum deles satisfaz plenamente” (CARLI, 2014, p. 143).

Outra característica marcante é a ultrageneralização, parafraseando Barroco (2016), ocorre quando o sujeito tende a repetir um dado comportamento, porque este, em alguns momentos da sua vida deram “certo”. Então, ele é difundido para toda e qualquer situação como correto, verdadeiro e que deve ser seguido. Esse traço, pertinente a esfera da cotidianidade, “facilita a construção de estereótipos e analogias incorporadas pela tradição e pelos costumes e sua reprodução como verdades inquestionáveis” (BARROCO, 2016 p. 10).

Segundo Heller (2000), esse pensamento ultrageneralizador é constituído de juízos provisórios, ou seja, a ultrageneralização é um juízo provisório de algo ou alguma coisa que perpassa na vida do sujeito. São provisórios porque se antecipam a ação humana e nem sempre encontram confirmação na prática. Quando um juízo provisório é descartado, ou seja, não foi provado que ele é verdadeiro, sua existência e permanência caracteriza-se como preconceito; algo muito comum na nossa sociabilidade, as pessoas acreditam em algo, mesmo que tenha sido provado que não é verídico.

Portanto, nem todo juízo provisório é preconceito, só é preconceito aquele que na prática houve confirmação. Por exemplo: uma mulher passa numa avenida e é assaltada por uma pessoa em situação de rua, depois desse ocorrido, ela passar a propagar a ideia de que todos os moradores de ruas são assaltantes. Porém, na ação prática, comprova-se que isso não é verdade, então, esse comportamento ou a sua reprodução, se apresenta como ultrageneralizador, e a permanência dessa forma de pensar se configura como preconceito, pois não há bases científicas que provem ou comprovem a sua veracidade – de que todos os moradores de ruas são assaltantes. Assim, todo preconceito é um juízo provisório, mas, nem todo juízo provisório é um preconceito.

Para Heller (2000) esse aspecto ultrageneralizador da ação e do comportamento humano é intrínseco à esfera cotidiana, e que alguns estereótipos, por um lado, são incorporados por cada indivíduo (ele escolhe absorvê-lo ou não) e por outro, são forçados pelo meio em que vivem (HELLER, 2000). Ainda segundo a referida autora, a estrutura da cotidianidade é, entre todas as esferas existentes, aquela mais propensa a alienação. Pois ela é, como citamos anteriormente, imersa nas ações aparentes, impensadas, carregadas de ações pragmáticas, heterogêneas e ultrageneralistas, sendo um terreno fértil para que os sujeitos sociais adotem posturas inconscientes com pouca ou sem nenhuma reflexão. Como revela Barroco (2005):

A cotidianidade é o campo privilegiado de reprodução da alienação, tendo em vista a sua reprodução acrítica dos valores, sua assimilação rígida dos preceitos e modos de comportamento, seu pensamento repetitivo e ultrageneralizador (BARROCO, 2005, p. 46).

Essas particularidades, pertinentes a esfera cotidiana, contribuem para o espraiamento do conhecimento superficial, isto é, o senso comum que:

[...] baseado em relação de causa e efeito, em juízos imediatos que generalizam opiniões, sentimentos e visões de mundo particulares, tratando-as como universais e verdadeiras, e, ao mesmo tempo, desconectando as situações da história (BARROCO, 2016, p.11).

É importante ressaltar que, por mais que o cotidiano seja um espaço propenso à manifestação de formas de preconceitos, é nele também que pode surgir a insatisfação, isto é, o posicionamento contrário as essas formas preconceituosas. Porém, a possibilidade dá-se quando o indivíduo toma por base a ética, tornando-se um sujeito ético, crítico e consciente (BARROCO, 2016).

Barroco também fala que alguns dos preconceitos, desenvolvidos e reproduzidos na esfera do cotidiano, são originados nas “máximas e provérbios” existentes na sociedade, como por exemplo: “cada macaco no seu galho”; “tal pai tal filho”; “diz-me com quem andas que te direi quem és”; “o hábito faz o monge”; estas “se popularizam por se configuram advertências ou conselhos oriundos de uma sabedoria acumulada pela experiência e reproduzidos como senso comum” (BARROCO, 2016, p.13).

Na sociedade, elas, as máximas, são reproduzidas e apresentam “uma função social de orientação moral e política” (BARROCO, p.14) para cada indivíduo, tratam-se de comportamentos considerados corretos e verdadeiros. Essas máximas, segundo a autora, constituem veículos reprodutores de uma determinada ideologia que induzem uma dada visão de mundo e de comportamento do indivíduo em sociedade, assim como a propagação de valores. Isso apenas expressa o quanto a sociedade brasileira está imersa “numa cultura conservadora, machista, classista, autoritária e discriminatória” (BARROCO, 2016 p.14), e que está à serviço de uma classe que dita a moral, as regras, valores e padrões a serem seguidos por toda a sociedade.

Assim, é possível entender que o preconceito está atrelado a classe dominante, pois esta cria meios de propagação das suas ideologias, impondo um padrão de comportamento a ser seguido, se generalizando como certo, correto e verdadeiro e, conseqüentemente, aquele que deve ser seguido por todos. Reforçando esse pensamento, Heller (2000), afirma que a maior parte dos preconceitos advém, de fato, da classe burguesa, bem como a sua propagação e acirramento. Em outras palavras, a burguesia brasileira “por meio da cultura, disseminam preconceitos que expressam o modo burguês de pensar e de se comportar, de valorar os objetos e as relações sociais” (BARROCO, 2016, p.14).

Segundo Dallari, (*apud* BARROCO, 2016, p.15), os preconceitos têm suas origens na “ignorância, na educação domesticadora, na intolerância, no egoísmo e no medo”. Este último, para o autor, é uma das principais formas de exteriorização do preconceito. Segundo Barroco (2016, p.14), este:

[...] pode se manifestar na moral, na política, na cultura, partindo de diferentes classes, grupos sociais e indivíduos, em situações que reproduzem o dogmatismo, o autoritarismo, o julgamento provisório baseado em avaliações parciais e estereótipos, sob diversas referências de valor.

Carli (2014) ressalta que cada indivíduo carrega em si sua singularidade (a classe que pertence, o sexo, a idade, a cor da pele, etc.), e são elas que os caracteriza, e os fazem serem únicos, enquanto ser singular e pertencente ao gênero humano. Porém, o autor fala que quando se prendem a essas particularidades, funda-se o preconceito, que as normalizam, atribuindo

[...] maior ou menor grau de humanidade. Grupos de indivíduos deteriam mais humanidade que outros, que seriam considerados subhumanos, proto-humanos etc. Um homem proprietário, adulto branco, seria mais humano do que aqueles que, no plano do cotidiano, não carregassem nas ruas esses aspectos peculiares (CARLI, 2014, p. 147).

Tais observações são possíveis de serem identificadas quando analisamos a classe dominante e heteropatriarcal da sociedade brasileira. Como já foi falado anteriormente, essa classe dominante, por meio de seus interesses, delineiam um modo de ser e de ser vivido por cada sujeito em sociedade, com a finalidade de assegurar seus interesses particulares. Nesse sentido, a burguesia:

[...] produz preconceitos em muito maior medida que todas as classes sociais conhecidas até hoje. Isso não é apenas consequência de suas maiores possibilidades técnicas, mas também de seus esforços ideológicos hegemônicos: a classe burguesa aspira a universalizar a sua ideologia (HELLER, 2000, p.54).

Portanto, podemos considerar que o preconceito é uma construção social, e ergue-se alicerçado em valores e preceitos estabelecidos pela classe dominante, enraizados num objetivo maior, de continuar com o poderio político, econômico, social e cultural. Essa forma de moldar o comportamento humano surge a partir de uma determinada moral (a moral dominante), estabelecida pela burguesia a fim de manter o domínio da vida social de todos os indivíduos. É ela que estabelece as regras a serem seguidas, o que é certo ou errado, permitido ou não, o que se entende por verdadeiro ou falso, entre outros. Essa moral burguesa normatiza a ação humana, regulando seu comportamento, tendo em vista atender critérios do modo de produção capitalista (BARROCO, 2009).

### **3.2. A moral burguesa e as possibilidades da ética de suspensão do cotidiano**

A moral, segundo Vázquez (*apud* CARDOSO, 2013, p. 41), se configura como “[...] um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social dada [...]”. Sua “gênese é dada pela capacidade ética de criar valores que servem de referência à conduta dos indivíduos, em sua convivência social”. Então, podemos compreender que a classe burguesa, por meio de valores estabelecidos – partindo do pressuposto de que são os valores que direcionam a ação do homem, genericamente falando – controlam ou moldam a ação do sujeito e não só, mas também a sua forma de pensar.

Frente a essa moral estritamente conservadora e aos valores burgueses, se torna imprescindível que o sujeito tome um direcionamento fundamentado na ação ética. Isso significa dizer que é por meio da capacidade ética que o indivíduo pode se abstrair da vida cotidiana, se conectando com um pensamento crítico e consciente, elevando-se ao humano-genérico (CARDOSO, 2013).

Nessa direção, a ética se apresenta como uma parte essencial para que o indivíduo possa agir de forma conscientemente, isto é, comportar-se de forma reflexiva. A ação influenciada pela ética permite que o sujeito se desprenda de preconceitos e estereótipos pré-concebidos ou pré-estabelecidos socialmente. É mediante o complexo da ética que uma sociedade pode fazer uma leitura crítica e consciente, seja do seu comportamento, seja do seu modo de pensar uma comunidade. Portanto, o agir ético faz com que os indivíduos reflitam sobre suas ações e também as suas implicações.

O indivíduo quando não age eticamente, isto é, reflexivo e consciente, torna-se um mero veículo de reprodução das ideologias da classe dominante. Por isso, ressaltamos aqui, a importância da ética na vida cotidiana de cada sujeito. Essa reflexão da ação humana, permite que o indivíduo não seja baseado na intolerância, excluindo, negando e reprimindo o seu semelhante ou estabelecendo um estado de repulsa ao diferente. Para evitar ou pelo menos reduzir essa realidade, é fundamental o estudo da ética, da sua utilização no pensar e no agir humano.

De acordo com os escritos de Lukács (*apud* BARROCO, 2009, p. 16), a ética é compreendida como “à prática social de homens e mulheres, em suas objetivações na vida cotidiana e em suas possibilidades de conexão com as exigências éticas conscientes da genericidade humana”. É por isso que a ética se apresenta como uma crítica à esfera cotidiana já que exige do sujeito uma ação refletida e consciente. Portanto, pressupõe a suspensão da vida cotidiana, leva o indivíduo a repensar suas ações, de forma reflexiva, ultrapassando o mundo das aparências do cotidiano (BARROCO, 2009).

Assim, a reflexão ética permite a quebra dos preconceitos, pois viabiliza a reflexão sobre as ações e atitudes nas mais diversas situações que atravessam a vida cotidiana. Só a ética possibilita o questionamento das ações, refletindo como estas interferem na vida de cada sujeito. Em resumo, a ética é a capacidade teórico-prática que orienta o comportamento humano, “é uma construção histórica dos homens” (BARROCO, 2009, p. 16). Em seu sentido mais profundo, ela significa liberdade de escolha, surge “no processo de autoconstrução do ser social” (Barroco, 2009, p. 20).

É essa capacidade de escolha que caracteriza o homem como um ser que se difere dos outros animais. O homem, como nos ensina a teoria marxiana, por meio da categoria trabalho se distingue do mundo natural, se caracterizando como um “autêntico ser social” (LESSA; TONET, 2008, p.17). Segundo esses autores, o homem diferente de outros animais, possui a capacidade de projetar previamente uma ação, bem como o seu resultado, antes da sua objetivação, ou seja, “a ação e o seu resultado são sempre projetados na consciência antes de serem construídos na prática” (LESSA; TONET, 2008, p.18). E ao transformar a natureza se transforma a si mesmo, permitindo o acúmulo de conhecimento que possibilitem a sua evolução.

Essa transformação afeta outros sujeitos sociais e também todo um conjunto social, ou seja, por meio do trabalho, o gênero humano se desenvolve, mas também permite que a sociedade e outros sujeitos também sofram com essa ação transformadora, se modificando constantemente. Para sintetizar essa ideia acerca do trabalho, da sua importância enquanto fundador do ser de escolhas (o ser social), Lessa e Tonet (2008) trazem que essa categoria

(...) é o fundamento do ser social porque transforma a natureza na base material indispensável ao mundo dos homens. Ele possibilita que, ao transformarem a natureza, os homens também se transformem. E essa articulada transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações históricas, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante (...) (LESSA; TONET, 2008, p.26).

Segundo Barroco (2005), o trabalho permite uma autoconstrução do homem, no qual se modifica, no momento em que transforma a natureza, se expandindo a outros sujeitos sociais e a sociedade. Essa capacidade só é possível porque ela se configura como ação prática, reflexiva e transformadora. De acordo com Cardoso (2013), é por meio dessa categoria que o homem estabelece relações sociais e dá início a um processo de valorização, isto é, suas escolhas se baseiam, em valores e juízos de valores.

Porém, com o advento do sistema capitalista, o trabalho – que permitiu ao homem se desenvolver e evoluir ao longo do tempo – passou a ser utilizado como ferramenta de enriquecimento desse sistema e de uma determinada classe, a burguesia. O trabalho, nessa nova configuração, deixa de ser uma ação criadora e transformadora para ser uma categoria de alienação do homem. Agora, “o trabalho se realiza de modo a negar as suas potencialidades emancipadoras” (BARROCO, 2005, p. 33). Portanto, essa atividade prático-transformadora e reflexiva torna-se uma prática alienante.

Reforçando essa discussão, Cardoso (2013), mostra que o trabalho passa, então, a se configurar como uma máquina de alienação do homem, sendo utilizado como fonte de sobrevivência, no qual o indivíduo vende sua força de trabalho para se manter, gerando “um processo de distanciamento dessa capacidade humana (trabalho), portanto, um processo de desumanização” (CARDOSO, 2013, p. 28).

[...] o trabalho fonte de humanização, torna-se fonte de desumanização (...) passa a ter o significado de uma atividade cujo resultado é apenas a satisfação das necessidades mais imediatas e primitivas de sobrevivência bem parecidas às dos animais como: alimentação [...], vestuário, habitação [...] e divertimento (TONUS *apud* CARDOSO, 2013, p. 29).

Esse processo alienante caracteriza-se no instante em que o trabalhador não se reconhece mais no produto de seu trabalho, isto é, há um distanciamento do trabalhador do produto final de seu trabalho, como Barroco (2005) coloca, há uma “cisão” entre o sujeito e o objeto. Barroco (2009), expõe que esse modo de produção burguês promove a intensificação da alienação e da coisificação do trabalhador e das relações de trabalho, nessa conjuntura, o homem fica cada vez mais pobre na medida em que sua produção é intensificada.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produzir, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto maior número de bens produz. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si mesmo como uma *mercadoria*, e, justamente na mesma proporção que produz bens (MARX *apud* BARROCO, 2009, p. 32).

As capacidades atribuídas ao ser social são reprimidas, pois isso é de grande interesse desse sistema, já que produzindo um modelo de pensamento e comportamento do sujeito – e estes fortemente carregados de um extremo egocentrismo – torna-se mais manipuláveis, o que é agradável ao capitalismo, propiciando seu fortalecimento e a sua reprodução.

A vigência do modo de produção capitalista “transformou a vida cotidiana em mera luta pela riqueza” (LESSA; TONET, 2008, p.26), forçando os indivíduos a serem cada vez mais individualistas, egocêntricos, competitivos, e não obstante, seres produtores e reprodutores de ideologias discriminatórias, machistas, racistas, disseminando a violência, e ainda pior, banalizando-as; como se a violência contra os homossexuais, transexuais, negros, povos indígenas, mulheres não existissem, não estivessem imbrincada na estrutura social da sociedade brasileira, como se o nosso país não assassinasse milhares de mulheres, negros, índios, gays e lésbicas, pessoas trans diariamente.

Surge, então, um questionamento no decorrer deste texto: por que que as pessoas não toleram o outro por ele se apresentar diferente aos seus padrões: da sua moral, dos seus valores, do seu modo pensar, do seu comportamento e até mesmo do seu modo de vestir? Essa questão já foi, de certo modo, tratada, mas nós voltaremos novamente para discutir e tentar falar mais sobre essa problemática que percorre as raízes da nossa sociabilidade, mas, com ênfase na população LGBT, um segmento que é vítima de preconceito constantemente, por “fugir” dos padrões comportamentais tidos como “corretos” e “aceitos” pela sociedade.

Teremos como ponta pé inicial de que o sistema capitalista é o grande responsável por disseminar o modo de vida burguês e de introjetar essa forma de viver como a forma padrão a ser adotada por todos. Mas, por que esse sistema imprime esse modo de pensar e de comportar e dissemina como correto e verdadeiro, único a ser praticado na sociedade? Bem, sabemos que o sistema capitalista necessita ter controle sobre toda a sociedade e, conseqüentemente, por meio desse controle social, econômico e político, auferir elevadas cifras de lucro. Então, ele determina como essa sociabilidade deve se comportar, o que ela deve consumir, usar, o que é bom ou não, as leis, as regras/normas, valores, a moral predominante, o mercado de trabalho, tudo isso tem a participação do capitalismo, mantendo o controle de toda a sociedade com a finalidade de assegurar sua supremacia.

Heller, em “O Cotidiano e a História”, nos presenteia com um trecho que nos faz refletir bem sobre o que estamos tratando neste texto: “Basta uma folha de árvore para lermos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas, um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade” (HELLER, 2000, p. 20).

Isso não é possível, pois o homem é único e irrepetível, segunda a autora. Cada sujeito carrega em si as suas particularidades, seus valores, paixões, desejos, anseios e sentimentos que os tornam singular; somos diferentes porque temos nossas singularidades, mas somos iguais, pois fazemos parte do gênero humano, o humano-genérico. Como expressa Barroco (2005, p.37) em seu texto: “embora o indivíduo seja simultaneamente um ser singular e genérico, não é através de sua singularidade que ele se expressa como representante do gênero humano”. O homem é constituído, assim, simultaneamente, pelo ser particular e pelo ser genérico, como coloca Heller “o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas a integração” (HELLER, 2000, p. 21).

#### **4. O PRECONCEITO EM RELAÇÃO AS PESSOAS LGBTs E OS APRENDIZADOS DE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

##### **4.1. O segmento LGBT e o preconceito: um perverso binômio**

Como já foi citado anteriormente, o Código de Ética do/a assistente social, traz entre seus princípios fundamentais, nos incisos: VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; e VIII – Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe etnia e gênero. Trata-se da afirmação do posicionamento da categoria em defesa da liberdade de todos os sujeitos sociais, do comprometimento de lutar pelo respeito às diferenças, elaborando estratégias para enfrentamento de toda forma de preconceito que venha a ferir a integridade física e/ou emocional de um indivíduo em sociedade.

Segundo o Artigo 5º da Constituição Federal brasileira de 1988, “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”. Esse mesmo pensamento também é exposto no Artigo 3º, nos incisos I (construir uma sociedade livre, justa e solidária) e o IV (promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação). Ou seja, o direito de liberdade é para todos, mas isso está distante quando

se fala de liberdade para as pessoas LGBTs, pois são constantemente vítimas de preconceito, da discriminação e da violência.

Mas, por que esse segmento é tão reprimido e desprezado pela sociedade? Como bem tratamos em outro momento deste texto, a sociedade brasileira se configura como uma sociedade heteropatriarcal, que desenvolveu um padrão de comportamento considerado “normal” e aceito por toda sociedade (heterossexualidade, homem e mulher), e isso faz surgir inúmeras consequências, uma delas é o preconceito contra pessoas que não dispõem desse padrão ou se negam a segui-lo, como exemplo, o segmento LGBT. São pessoas que lutam, constantemente por sua aceitação, se negam a mudar ou a seguir modelos comportamentais que fogem da sua essência, da pessoa que eles realmente são, ou seja, eles dizem não, a padronização do indivíduo, do seu comportamento, da sua sexualidade, buscando formas de exercerem a liberdade de escolha, um direito de todo cidadão. E esse é um processo constante, uma luta que é histórica, já que essa população vem sofrendo, sem cessar, discriminação, preconceito e as mais diversas formas que se possa imaginar de violência e de violação de direitos (CISNE e SANTOS, 2018), e isso é percebido quando verificamos os índices de violência e de mortalidade desse segmento.

Essa violência sofrida pela população LGBT é caracterizada como LGTfobia. Mas, o que é LGTfobia? Primeiramente se faz necessário compreendermos sobre a fobia que “é um sentimento ou reação externa de rejeição a algo de que não gostamos, sobre o qual não concordamos, que não aprovamos ou do qual temos medo” (GONÇALVES *apud* CISNE; SANTOS, 2018). Ou seja, a fobia se trata de uma repulsa que um sujeito desenvolve por algo ou uma situação determinada, e essa fobia se expande para diferentes esferas que compõem a vida de um indivíduo, não se resumindo apenas à sexualidade, “mas também à religião, à etnia, à raça, ao modo de vida, entre outros aspectos” (CISNE; SANTOS, 2018 p. 126).

Em outras palavras, a fobia ela se caracteriza pelo estranhamento ao diferente, ao novo, a tudo aquilo que foge do padrão de normalidade que a própria sociedade categorizou, e esse estranhamento, conseqüentemente leva muitos sujeitos a prática de violência, da discriminação, do desrespeito, da não aceitação, da repressão, negando a existência da diversidade dentro da sociedade. E no seu texto, Barroco (2006, p.01) salienta que essa diversidade faz parte da realidade social e que:

[...] está presente nas diferentes culturas, raças, etnias, gerações, formas de vida, escolhas, valores, concepções de mundo, crenças, representações simbólicas, enfim, nas particularidades do conjunto de

expressões, capacidades e necessidades humanas historicamente desenvolvidas. Assim, é elemento constitutivo do gênero humano e a afirmação de suas particularidades naturais e sócio-culturais.

Quando essa diversidade é negada, significa dizer que as diferenças não são aceitas e, conseqüentemente, tem-se um acirramento de diversas problemáticas, como a exclusão do indivíduo ou de grupos, a “desigualdade, discriminação e preconceitos” (BARROCO, 2006, p. 01).

Diante do que foi exposto, podemos falar a respeito da LGTfobia que, de acordo com Cisne e Santos (2018, p.124), “corresponde à violência e às violações de direitos cometidos diretamente contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em espaços públicos e privados”. As autoras ressaltam que essa forma de violência é resultado do “sistema heteropatriarcal-racista-capitalista” que discrimina, reduz, exclui e cessa a liberdade de indivíduos que, por não obedecer ao padrão de “sujeito normal”, é extremamente repellido por maior parte da sociedade. Não levando em consideração o direito que os sujeitos possuem de serem o que quiserem. Essa liberdade, que já mencionamos acima e que está presente na nossa lei máxima (CF/88), não se efetiva ou até mesmo chega a ser inexistente quando direciona as pessoas LGBTs.

Ainda de acordo com as autoras, a população LGBT é historicamente vítima de violência e de abusos que reprimem e reduzem ainda mais as condições de existência desse segmento. A sociedade sempre tende a reprimir, menosprezar e a reduzir determinados grupos sociais, como é caso dos negros, das mulheres e dos LGBTs.

Um grupo da Bahia, conhecido por GGB<sup>2</sup> (Grupo Gay da Bahia), lança anualmente relatórios que mostram dados desse massacre contra as pessoas LGBTs. Os números são assustadores, mas, devido a sua pouca visibilidade social, a maior parte da população brasileira desconhece ou não se preocupa com isso.

Dentre todos os relatórios realizados pelo o grupo, aquele referente ao ano de 2017, é o mais preocupante, já que esse foi o ano com maior número de assassinatos de LGBTs, no Brasil. Segundo o GGB, nunca, em toda a história, houve tanta morte de pessoas LGBTs como no ano de 2017. Segundo a estimativa, foi registrado, só nesse ano, 445 mortes de pessoas vítimas da LGTfobia, sendo que desses, 387 foram assassinatos

---

<sup>2</sup> O Grupo Gay da Bahia (GGB) foi criado pelo antropólogo Luiz Mott, que também é o responsável pelo site: Homofobia Mata (Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>.

e 58 suicídios, configurando um aumento de 30 % quando relacionando ao ano anterior, o de 2016, no qual teve 343 registros de assassinatos<sup>3</sup>.

Tais dados fazem do Brasil o campeão mundial de crimes contra LGBTs, uma vez que, “a cada 19 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia” (MOTT; MICHELS; PAULINHO, 2017, p.01). E o que mais assusta é que esse número só tem crescido a cada ano, as estimativas evidenciam o quanto essas pessoas sofrem por viverem numa sociedade extremamente conservadora, machista, racista, misógina e preconceituosa.

O criador do GGB e também autor do site “Quem a homofobia matou hoje”, o antropólogo Luiz Mott denuncia que:

[...] tais números alarmantes são apenas a ponta de um iceberg de violência e sangue, pois não havendo estatísticas governamentais sobre crimes de ódio, tais mortes são sempre subnotificadas já que o banco de dados do GGB se baseia em notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais. A falta de estatísticas oficiais, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, prova a incompetência e homofobia governamental, já que a Presidenta Dilma prometeu aprovar, mas mandou arquivar o projeto de lei de criminalização e equiparação da homofobia ao crime de racismo e o Presidente Temer não atendeu ao pleito do Movimento LGBT sequer para ser recebido em audiência (2017, p.02)

Como exemplo da brutalidade e violência contra as pessoas LGBTs, temos o caso da travesti Dandara de 42 anos que foi brutalmente assassinada, em 15/02/2017, no estado de Ceará, por 8 homens. Dandara foi espancada, apedrejada e morta à tiros nas ruas de Fortaleza, além de realizar todas essas crueldades, o grupo de homens filmaram e divulgaram o crime nas redes sociais, chocando todo o país. O caso repercutiu em todo o Brasil, revelando a triste realidade de ser uma travesti, como expressam as palavras da mãe da vítima: "Meu filho (Dandara) não tinha inimigos, ele foi morto por preconceito. Por ser travesti, ele vivia sendo humilhado. Agora eu pergunto, qual o problema de ser assim, me diga?"<sup>4</sup>.

Nessa direção, como sustentam Cisne e Santos (2018), a violência contra as pessoas LGBTs está presente em todos os lugares, nas ruas, nas famílias, nas instituições (públicas e privadas). É cometida pelos seus familiares, pela polícia, o Estado, ou seja, por aqueles que deveriam assegurar sua liberdade, sua segurança e proteção.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://homofobiamata.wordpress.com>. Acesso em: 01/12/2017

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39227148>>. Acessado em: 01/12/2018.

Não obstante viver imerso numa violência constante, os LGBTs foram alvos do Projeto de Decreto Legislativo (PDC 234/2011)<sup>5</sup>, que ficou conhecido por todos de “cura gay”, conhecido também por “Terapia de Conversão ou Terapia Reparativa”. A absurda proposta tinha como objetivo curar a homossexualidade de pessoas, ou seja, segundo o autor da mesma, o deputado federal do PSDB de Goiás, João Paulo Campos, a homossexualidade seria uma doença que poderia ser tratável através da utilização de métodos e técnicas, além de um auxílio de cunho religioso. Porém, essa tentativa sofreu enorme rejeição. Tanto o Conselho Federal de Psicologia quanto o de Medicina negaram a aceitar que a orientação sexual de um indivíduo venha a ser considerado uma doença passível de “cura”<sup>6</sup>.

Já, em 10 de maio de 2018, foi criada a Portaria de nº 202<sup>7</sup> que implementa o “Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica” o qual tem por finalidade enfrentar o preconceito e a violência sofrida por esse segmento mediante a elaboração de estratégias para o fortalecimento de políticas públicas.

Para agravar ainda mais o quadro de regressão vivenciado pelo país nos últimos anos, as eleições de 2018 veio como uma onda dilaceradora para a classe trabalhadora, principalmente para o segmento LGBT. O candidato que concorreu as eleições e acabou se elegendo para presidir o país, Jair Messias Bolsonaro do PSL (Partido Social Liberal), se destaca por ser um sujeito altamente homofóbico, preconceituoso, machista, racista e misógino, uma vez que, o referido candidato, fez afirmações como : "Eu fui num quilombola em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado com eles."<sup>8</sup>; "Quando o filho começa a ficar assim, meio gayzinho, leva um coro, ele muda o comportamento dele."<sup>9</sup>, “Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui. Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. ”<sup>10</sup>; “Jamais ia estuprar você

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>>. Acessado em: 01/12/2018.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/376191509/entenda-o-projeto-da-cura-gay>>. Acessado em: 01/12/2018.

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/biblioteca/lgbt/portaria-no-202-2018-institui-o-pacto-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-lgbtfobica/view>>. Acessado em: 01/12/2018.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=uF2EzmYSYz0>>. Acessado em: 10/12/2018.

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4ZdLJKwF8ag>>. Acessado em: 10/12/2018.

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/jair-bolsonaro-como-ele-reagiria-se-tivesse-um-filho-gay/>>. Acessado em: 10/12/2018.

porque você não merece”<sup>11</sup>, essas são apenas algumas das inúmeras pronúncias feita pelo referido.

Diante disso, as eleições de 2018 ficam marcadas como um estrondoso retrocesso na história. A atual conjuntura política brasileira se configura, mais do que nunca, como um extremo retrocesso de direitos para toda a população, mas, os segmentos que estão sendo mais afetados são as mulheres, os negros e as pessoas LGBTs, ou seja, o grupo das minorias.

Para o fundador do GGB, Luiz Mott, e tendo em vista o contexto social, político e econômico brasileiro:

[...] há cinco soluções emergenciais para a erradicação dos crimes homotransfóbicos: educação sexual e de gênero para ensinar aos jovens e à população em geral o respeito aos direitos humanos dos LGBT; aprovação de leis afirmativas que garantam a cidadania plena da população LGBT, equiparando a homofobia e transfobia ao crime de racismo; políticas públicas na área da saúde, direitos humanos, educação, que proporcionem igualdade cidadã à comunidade LGBT; exigir que a Polícia e Justiça investiguem e punam com toda severidade os crimes homo/transfóbicos e finalmente, que os próprios gays, lésbicas e trans evitem situações de risco, não levando desconhecidos para casa e acertando previamente todos os detalhes da relação. A certeza da impunidade e o estereótipo do LGBT como fraco, indefeso, estimulam a ação dos assassinos (2017, p.17).

Não é à toa que o Brasil lidera o ranking do país que mais comete crimes de LGBTfobia, e diante dos últimos acontecimentos, o sentimento que predomina entre as pessoas é de medo, o aumento da violência, de crimes, de práticas racistas, machistas e preconceituosas, do assédio contra mulheres e os LGBTs. Tal quadro, sobretudo, nos dias em curso, desafia os movimentos sociais, população e, principalmente, os assistentes sociais, que estão na luta pela defesa dos direitos das classes oprimidas, a buscar estratégias de enfrentamento das formas de preconceito que massacra as minorias sociais.

#### **4.2. Dos desafios do Serviço Social no enfrentamento do preconceito contra as pessoas LGBTs**

O estágio obrigatório curricular foi realizado no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), localizado na Rua Antônio Cirilo Gomes,

---

<sup>11</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=yRV98Im5zRs>>. Acessado em: 10/12/2018

108, Conjunto Novo Cruzeiro, na cidade de Campina Grande-PB<sup>12</sup>. De acordo com a Lei Nº 12.435, de 06 de julho de 2011<sup>13</sup>:

O Creas é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos que se encontra em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos ou contingências, que demandam intervenções especializadas da proteção especial” (BRASIL, lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011).

Essa instituição disponibiliza serviços de cunho informativo, de orientação, apoio e inclusão social, apresentando como alvo central nas suas intervenções à garantia e a defesa dos direitos dos cidadãos. Portanto, o Creas deve atender ao seguinte público: pessoas que estejam em:

[...] situações de risco pessoal e social por ocorrência de negligência, abandono, ameaças, maus tratos, violência física/psicológica/sexual, discriminações sociais (...), prestando atendimento prioritário a crianças, adolescentes e suas famílias nas seguintes situações: crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica (violência física, psicológica, sexual, negligência); famílias inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (...) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; adolescentes e jovens após cumprimento de medida socioeducativa de Internação Estrita, quando necessário suporte à reinserção sócio-familiar. (Centro de Referência Especializado em Serviço Social - CREAS. GUIA DE ORIENTAÇÃO Nº 1. (1ª Versão). Brasília, DF).

O CREAS presta serviços como enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças, adolescentes e Serviço de Orientação e Acompanhamento a Adolescentes em Cumprimento de Medida Sócio-Educativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Inicialmente, o Creas II, do Novo Cruzeiro, atendia apenas medidas socioeducativas, mas, atualmente passou a trabalhar com direitos violados, tendo um aumento de demandas dentro da unidade. O acompanhamento dos adolescentes atendidos pela instituição é realizado através de visitas domiciliares, institucionais, escolares, trabalho socioeducativos, etc.

---

<sup>12</sup> A unidade funciona pela manhã das 07h e 30min às 11h e 30min e à tarde das 13h 30min às 17h e 30min. O Telefone para contato é :(83) 3310.6117, e-mail para [creas2cg@gmail.com](mailto:creas2cg@gmail.com), CEP:58.415.563.

<sup>13</sup> Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm)>. Acesso em: 05/12/2018.

O CREAS II do Novo Cruzeiro disponibiliza serviços de apoio e orientação especializados aos indivíduos que encontram em situações de risco comprovadas, ou seja, que são vítimas de violência física, psíquica e sexual, negligência, abandono, ameaça, maus tratos e discriminações sociais. Em frente a essas situações, o trabalho executado objetiva acolher vítimas de violência acompanhar e reduzir a ocorrência de riscos, seu agravamento ou recorrência desenvolver ações para enfrentar o desrespeito aos direitos humanos e sociais, atender e executar medidas socioeducativas em meio aberto, como Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Tendo em vista a relevância de se discutir sobre o segmento LGBT, essa foi uma das temáticas escolhidas para ser trabalhada com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no referido Creas. A discussão seguiu o cronograma do Projeto de intervenção, intitulado “Intervenção Sócio Pedagógica no Creas II: Ressocialização de Adolescentes e Questões Contemporâneas” cujo principal objetivo foi contribuir com o processo de ressocialização dos adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa, numa perspectiva de fortalecimento de seus vínculos intergeracionais e de convivência respeitosa e democrática com as pessoas idosas e pessoas LGBTs.

O projeto priorizou duas temáticas (“Relações Intergeracionais – Idoso” e “Direitos LGBTs”) para serem discutidas ao longo de 5 encontros. A referida proposta de intervenção baseou-se nas observações feitas em campo de estágio, as quais se apresentam frequentemente, como demandas aos assistentes sociais da instituição. Assim, a temática dos “Direitos LGBTs” foi identificada como uma das demandas para a discussão, frente as relações de preconceitos e exclusões dirigidas a adolescentes LGBTs (que, inclusive, deveriam compor o Grupo Focal, mas não foram inseridos por medida de proteção), e também por ser um tema que possui escassos debates pela equipe profissional. Portanto, a escolha tinha o propósito de discutir e esclarecer os direitos já assegurados a esse segmento.

Já com relação a discussão “Relações intergeracionais”, o foco do debate ocorreu em cima da falta de contato desses jovens com as outras gerações, principalmente os idosos, isso, conseqüentemente, contribui para o isolamento social e o esvaziamento dessas relações intergeracionais. Buscou-se também, por meio dessa temática, abordar o respeito e a importância das relações entre as diferentes gerações na família.

A temática sobre os “Direitos LGBTs” foi trabalhada em dois encontros. Assim, o primeiro dia de discussão da temática “Direitos LGBTs” ocorreu no dia 07 de dezembro de 2017. Durante todos os encontros, antes de iniciarmos a temática escolhida para o

encontro do dia, sempre realizamos uma dinâmica, objetivando proporcionar um momento de interação entre os adolescentes e estimular a participação entre os mesmos.

No segundo momento desse encontro, fizemos uma outra dinâmica, a qual consistiu na distribuição de envelopes (nove) contendo informações sobre as contribuições ou malefícios de algumas pessoas para a sociedade. Os envelopes continham falas como: “Esta pessoa é muito alegre, humorista, atriz e participa de programas de TV”; “Esta pessoa ajudou a criar a técnica de cirurgia do coração”; “Esta pessoa inventou uma cirurgia que separa bebês que nascem coladas”; “Graças a esta pessoa, hoje podemos usar computadores, celulares, facebook e whatsapp”; “Essa pessoa faz cirurgias gratuitas em países pobres da África”.

Logo depois, foi explicado que os adolescentes deveriam supor que o mundo iria se acabar, e que eles tinham em mãos a responsabilidade de escolher entre essas nove pessoas, expressas em cada envelope, apenas cinco que poderiam ser salvas e levadas para um abrigo e reconstruir o mundo. Mas, para tomar tal decisão, eles deveriam se reunir e decidirem juntos. Os envelopes continham a descrição de cada personagem (seu nome, a cor da pele, a orientação sexual, se era idoso ou não), tudo isso eles só iriam saber no final da dinâmica).

Após discutirem entre si e realizarem a escolha sobre as supostas pessoas que iriam “reconstruir o mundo”, os adolescentes, deveriam justificar, a pedido da equipe, a razão de escolher tais pessoas. Ao final, todos deveriam abrir os envelopes e ver quem foram as pessoas escolhidas por eles. Foi um momento muito esperado, pois os adolescentes estavam curiosos para conhecer os mesmos. Os personagens eram os seguintes: 1) Cláudia Jimenez (lésbica): Pessoa alegre, humorista, atriz que participa de programas de TV; 2) Vivien Thomas (negro): Aquele que ajudou a criar a técnica de cirurgia de coração era um marceneiro, chamado, mas, infelizmente apenas o seu companheiro de pesquisa era reconhecido pela criação; 3) Bem Carson (negro): Criador da cirurgia que separa bebês que nasceram colados (bebês siameses); 4) Alan Turin: inglês responsável pelo atual uso de computadores, celulares, facebook e whatsapp. Foi condenado à morte por ser gay; 5) Marci Bowers: médica trans que realiza cirurgias gratuitas em mulheres que foram mutiladas em países da África.

Após verem as imagens e lerem as descrições, os adolescentes olharam entre si e começaram a dar risadas, havendo reações de deboche e de “arrependimento” por algumas escolhas, verbalizaram termos pejorativos, como: “Bicha”. O adolescente “M”,

ao saber que a pessoa escolhida era gay, falou: “era pra ir pro inferno”. Após ser questionado por fazer tal comentário, ele respondeu: “porque ele é gay”.

As reações mais negativas de desprezo e preconceito foram dirigidas aos personagens que eram gays, trans e lésbicas, evidenciando o quanto as pessoas LGBTQs são alvos de preconceito, discriminação. Outro adolescente “E”, ao olhar para imagem da pessoa de um determinado envelope, pronunciou: “É chupa charque!”, se posicionando de maneira sarcástica. No fim da apresentação dos personagens que haviam sido selecionados para “reconstruir o mundo”, uma das estagiárias questionou aos adolescentes se após saberem quem eram os personagens, eles ainda os “salvariam” e “V” respondeu: “Por que não?”.

Continuando com a dinâmica, entre os quatro personagens que não foram “salvos”, foi pedido aos adolescentes para selecionarem dois que eles jamais levariam para o abrigo. Os escolhidos foram: “Essa pessoa foi responsável pela morte de mais de seis milhões de pessoas”; “Essa pessoa defende que prisioneiros devem ser torturados” as quais respectivamente correspondiam à Hitler e à Jair Mebias Bolsonaro. Sobre este último – presidente eleito nas últimas eleições de 2018 – “V” fez o seguinte comentário: “É um ladrão que quer ser presidente do Brasil, ele não é gay, é heterossexual, é pior três vezes”. Os dois envelopes que sobraram tratavam de um casal de lésbicas (Hege Dalen e Torill) que haviam salvado 40 crianças de um massacre ocorrido numa escola na Noruega; e o pintor e escritor Christy Brown, que sofria de paralisia cerebral, tendo domínio apenas sobre seu pé esquerdo.

Ao final foi explicado o real objetivo da dinâmica, fazer com que houvesse um estímulo e respeito ao outro e à diversidade, pois, a sexualidade, a cor da pele, a idade ou a maneira como um indivíduo se comporta não faz com ele possua um papel menos importante na sociedade. No decorrer das discussões, alguns adolescentes afirmavam que respeitavam, mas, que não gostavam de gays “afeminados”, considerando-os, nas palavras dos mesmos, “amostrados”. Um dos adolescentes chegou a demonstrar bastante aversão ao tema em questão, falando que “não engole esse assunto”.

As falas de alguns socioeducandos só afirmam aquilo que discuti Dallari (*apud* BARROCO, 2016), que o preconceito, pode se manifestar de duas maneiras: direta e indireta. O preconceito direto se apresenta de modo concreto, sendo possível identificar e assim buscar formas de eliminá-lo. São aquelas ações comportamentais que o sujeito deixa evidente sua atitude preconceituosa, sem refletir sobre o quanto essa ação interfere negativamente na vida desse sujeito. Já o preconceito indireto, o qual o autor considera

ainda mais negativo, trata da manifestação disfarçada, embutida numa suposta “neutralidade”, no qual o sujeito nega ser uma pessoa preconceituosa. E isso foi constatado durante os dois dias de debate sobre os direitos LGBTs no campo de estágio. E essa suposta “neutralidade, está presente numa frase típica e constantemente falada por grande parte das pessoas “não aceito, mas respeito”.

Até aqui, os comentários dos adolescentes indicam como a vida cotidiana favorece, aliada ao senso comum, a disseminação dos preconceitos, ditando a forma de pensar e agir do indivíduo em sociedade. Esses preconceitos constituem:

[...] uma reprodução do conformismo que impedem os indivíduos sociais de assumirem uma atitude crítica diante dos conflitos, assim como uma forma de discriminação, tendo em vista a não-aceitação do que o que não se adequa aos padrões de comportamento estereotipados como “corretos” (BARROCO, 2005, p. 47).

Assim, tendo em vista as falas dos adolescentes, ressaltou-se a importância do respeito as diferenças, evidenciando que respeitar é simplesmente aceitar que o outro possui diferenças e que isso não é motivo para ser discriminado. Após realizarmos um momento de diálogo com os adolescentes, passamos alguns vídeos, o primeiro deles foi de uma animação “*in a heartbeat*<sup>14</sup>, que descrevia um romance gay na escola. Após o término, os adolescentes aplaudiram o vídeo de maneira irônica. O segundo vídeo, era como algumas crianças reagiram ao assistir à referida animação. “F” afirmou: “Se eu tivesse um filho gay, eu não ia abandonar não, mas era tanto cacete”. Um das estagiárias enfatizou acerca do respeito às pessoas LGBTs, mas, “L” disse: “A senhora pensa de um jeito. Cada mente é um mundo”. Tiveram outras falas, como: “Isso é uma safadeza”; “isso é um crime”.

Ao fim da exibição, uma estagiária questionou se eles haviam entendido a mensagem do primeiro vídeo, “V” fez o seguinte comentário: “É humilhante prestar atenção, porque isso não pode acontecer”. Então, questionou-se por que não poderia e ele disse: “porque é feio (...) dois machos se agarrando”. Ainda segundo o referido adolescente, a relação afetiva entre duas pessoas do mesmo sexo não poderia acontecer, pois, “Deus criou o homem e a mulher, que isso era pecado, não poderia acontecer”. Segundo eles, as crianças ao verem situações como as que se passaram no vídeo poderiam “estimular” ou “influenciar” a se tornarem gay, lésbica ou bissexual. Nesse sentido, “V” acrescentou: “É por isso que as crianças são assim”.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=2REkk9SCRn0>>. Acessado em: 06/12/2018.

Esse agir baseado na crença e não na razão, de acreditar em algo sem bases científicas pode levar, na maioria dos casos, a um comportamento preconceituoso, intolerante e desrespeitador. Muitas vezes, o sujeito assimila estereótipos pré-estabelecidos no meio social, acarretando consequências que provocaram a reprodução e a intensificação das mais diversas formas de preconceito. Porém, sempre é importante trazer para a discussão que o homem enquanto ser social, atribuído de capacidades, é munido de intelecto capaz de se questionar e questionar o que é posto em sociedade (os padrões, os preconceitos os estereótipos, etc.).

Para finalizar, foi passado a reação de pessoas idosas ao vídeo “*in a heartbeat*”. Em meio aos risos e comentários jocosos, eles falavam que respeitavam, mas, ao mesmo tempo, diziam: “eu fico na minha e ele na dele”, negando a ter qualquer relação com “esse tipo de pessoa”, se referindo aos gays.

O segundo dia de discussão do tema “Direitos LGBTs” e último dia de intervenção no CREAS II, do Novo Cruzeiro contou com a presença do representante da Coordenação LGBT da SEMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social), para discutir sobre as políticas de atendimento às pessoas LGBTs, em Campina Grande, PB. No primeiro momento, o nosso convidado iniciou a discussão questionando sobre o significado da sigla LGBT. Todos silenciaram, com exceção de “F” que disse que tinha escutado algo sobre a referida sigla. Assim, o convidado explicou que eram as letras iniciais de “Lésbicas”, “Gays”, “Bissexuais” e “Transexuais/travestis”. Questionou também se eles sabiam da finalidade da Coordenação de Ações e Políticas para a População LGBT. Então, “M” respondeu: “para arrumar emprego” e “V” falou: “para conseguir as coisas”.

Depois desse momento, o facilitador passou um vídeo, intitulado: “*Tudo começa pelo Respeito: uma campanha de todos nós*”<sup>15</sup>, que trata do respeito a diversidade e as diferenças das pessoas. Nessa direção, foi explicado sobre o objetivo da Coordenação LGBT, criada recentemente no município mediante o número de demandas relacionadas a violação dos direitos desse segmento. Também foi registrado pelo coordenador, os desafios encontrados pelo serviço, a exemplo, do desenvolvimento de uma biblioteca LGBT, com o objetivo de publicizar sobre os direitos desse segmento. Continuando com a discussão, os adolescentes foram questionados sobre o que é ser homossexual e após a explicação dada pelo palestrante, sugeriram os seguintes comentários: “É sebo”; “Sem-vergonhice”.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gfVe-2IKPsU>>. Acessado em: 06/12/2018.

Foi passado outro vídeo relatando a experiência pessoal de um ator gay. Depois, o palestrante, didaticamente, explicou para os adolescentes sobre Orientação Sexual, que se tratava da atração que um indivíduo sente, o que ele gosta, se seria por um homem ou por uma mulher. Já com relação à Identidade de Gênero foi ressaltado essa se refere à forma como a pessoa se enxerga, independentemente, da forma como ela tenha nascido. Por último, ele esclareceu sobre Sexo Biológico que diz respeito ao sexo que a pessoa nasce.

Depois desses esclarecimentos, o convidado falou das demandas mais recorrentes à Coordenação LGBT, como: a). Não inserção dessas pessoas no mercado de trabalho; visto a dificuldade que essas pessoas enfrentam em arrumar emprego; b) Evasão escolar precoce; devido ao bullying. Sobre esse ponto, “L” falou: “O Estadual da Prata é o paraíso dos gays”, pelo fato de ter muitos gays estudando lá”; LGBTfobia; Não reconhecimento social e jurídico; nesse ponto Biaggio relatou que quando era criança tinha um colega de escola, em que era visto como “diferente”, e atualmente essa pessoa mudou de sexo (transexual), se formou e buscou seu reconhecimento pelo estudo; Falta de respeito e apoio familiar; Condições precárias de moradia e em muitos casos morando na rua; Prostituição como única medida; Violência pública (despreparo no atendimento por instituições públicas de desenvolvimento social, saúde, segurança, etc.); Aliciamento por agentes criminosos (exploração sexual); Descaso ao acesso de Políticas Sociais; Processo de transexualização perigosamente clandestinos e informais.

Quando foi falado este último ponto, o adolescente “L” falou um comentário extremamente negativo, no qual afirmava que não dá valor à essas pessoas, e que “eles são tão ruins que não morrem”. Como sinalizamos linhas atrás, a população LGBT “não morre”. Ela é barbaramente assassinada\exterminada todos os dias numa sociedade heteropatriarcal que cultiva o ódio e a discriminação por esse segmento. Para encerrar a discussão sobre a temática, nosso facilitador exibiu mais dois vídeos: um vídeo do Dr. Drauzio Varella, no qual ele esclarece a Homossexualidade<sup>16</sup> e o outro vídeo “*Love Has No Labels | Diversity & Inclusion | Ad Council*”<sup>17</sup>, o qual mostra várias pessoas por trás de um raio-x gigante, aparecendo apenas os seus esqueletos e, por conseguinte, não tendo como as pessoas diferenciá-las (mulher, homem, branco, negro, gay, lésbica, rico, pobre, jovem, idoso ou criança, etc.). Logo em seguida, elas (crianças, idosos, negros, gays,

---

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rqi-UTb9f9Y>>. Acessado em: 06/12/2018.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PnDgZuGIhHs>>. Acessado em: 06/12/2018.

lésbicas, orientais, de religiões diferentes, pessoas com deficiência) apareciam para o público que ficava surpreso<sup>18</sup>.

Questionou-se aos socioeducandos se eles já haviam visto uma pessoa transexual, e eles responderam que não e nem tinham interesse em conhecer, mas, o palestrante falou que havia uma pessoa trans na sala, o que deixou os adolescentes bastante curiosos. O próprio convidado revelou que ele era um homem trans e os adolescentes ficaram surpresos e, mais uma vez, expressaram comentários preconceituosos, a exemplo, da fala de “V”: “[...] isso não é coisa de Deus, e sim do demônio”.

O momento da experiência de estágio só reafirma como o preconceito se configura como algo inaceitável e que deve ser constantemente suprimido, uma vez que impede a autonomia de todos os indivíduos em sociedade, reduzindo e até mesmo pondo fim a sua liberdade de escolha, portanto, toda ação alicerçada no preconceito cessa a emancipação do homem em comunidade (BARROCO, 2016).

Porém, Barroco (2009) discute que, mesmo frente ao modo de produção capitalista, que impede e dificulta o desenvolvimento das capacidades éticas, transformando-as em práticas alienantes, essa capacidade não só é possível, mas necessária para que o sujeito social assuma uma postura consciente – consciente, no sentido de ser uma ação livre de preconceitos, estereótipos, valores conservadores e intolerantes – posicionando contra a moral burguesa.

Assim, a escolha de trazer para discussão a população LGBT foi uma forma de problematizar as questões vivenciadas por esse segmento, como o preconceito enfrenado cotidianamente, a violência, a violação dos seus direitos, das dificuldades de ser LGBT no Brasil, enfim, da condição desumana com que muitas pessoas os tratam. O contato com os adolescentes reitera a importância do trabalho socioeducativo na (des) construção de uma forma de uma determinada forma de pensar preconceituosa.

Portanto, diante da experiência de estágio, tornou-se evidente que os profissionais do Serviço social precisam fortalecer e trazer para a rotina profissional a discussão acerca dessa temática, problematizar, discutir e evidenciar questões relacionadas ao público LGBT, bem como, desenvolver estratégias para seu enfrentamento, etc., já que o próprio Código Ética traz que os assistentes sociais devem lutar contra toda e qualquer manifestação de preconceito, lutando por uma sociedade justa e igualitária para todos (as).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aproximação com temática LGBT expressa nas discussões feitas neste artigo, apontam o quanto a população LGBT é vítima de preconceito por grande parte da sociedade. Isso mostrou-se, ainda mais, real durante a experiência de estágio curricular obrigatório no CREAS II do Novo Cruzeiro, em Campina Grade-PB, no momento da discussão da temática dos “Direitos LGBTs”, havendo por parte dos socioeducandos uma expressiva repulsa ao tema e atitude preconceituosa, desrespeitosa e discriminatória para com o segmento LGBT.

Como bem coloca Heller (2000), o preconceito é uma característica do cotidiano, está interligada, não existe cotidiano sem preconceito. Pois, nessa esfera, os sujeitos sociais agem impensadamente, sem nenhuma ou pouca reflexão sobre seu agir e pensar. E isso, conseqüentemente contribui para o espraiamento e acirramento dessas formas de preconceito, da discriminação, da violência, entre outros, já o sujeito acaba reproduzindo uma ideia que já estava posta, um preconceito que já existia, apenas assimilou e reproduziu sem refletir.

Como exemplo, temos o preconceito dirigido ao segmento LGBT, maior parte da sociedade tem repulsa a essas pessoas sem saber a razão, sem refletir, sem se questionar o porquê dessas pessoas serem tão odiadas, hostilizadas e assassinadas. É por isso que a ética se torna essencial na vida dos sujeitos, pois, somente pela capacidade ética, um indivíduo se torna um ser consciente, reflexivo, crítico, questionador. Quando ele age eticamente ele abre mão de uma visão de estereótipos, de pré-conceitos, pré-noções, uma vez que a ética possibilita que o sujeito se desenvolva criticamente, expandindo sua mente e seu pensar. Um sujeito banhando pela capacidade ética, é destituído de qualquer preconceito, entendendo que cada um possui suas particularidades, tornando-os únicos.

Heller e outros autores colocam que, ao tempo que, todos somos iguais por sermos pertencentes ao gênero humano, também somos diferentes, uma vez que cada um carrega em si particularidades únicas. Sendo assim, sob uma perspectiva crítica, não tem explicação (racional) uma pessoa discriminar/reprimir ou reduzir o outro por ser diferente, não tem fundamento desrespeitar por pensar e agir diferente. Porém, na sociedade capitalista, onde uma classe determina o padrão de “normalidade” que todos devem seguir, aqueles que fogem a esse padrão, são altamente reprimidos, como é o caso das pessoas LGBTs.

A construção deste trabalho reitera a necessidade de defesa de um projeto de sociedade livre do preconceito, da discriminação, do racismo e da violência, sobretudo, na conjuntura atual que se configura como um marco de retrocesso de direitos sociais e civis para toda a população, principalmente, para os segmentos menos favorecidos (as mulheres, os negros, os LGBTs, etc.). Toda a discussão realizada, no decorrer do texto, evidencia o quanto os assistentes sociais são desafiados a elaborar estratégias de enfrentamento as essas formas de preconceito, que cessa a liberdade e cessa o direito de viver de pessoas.

## THE ETHICAL-POLITICAL CHALLENGES TO SOCIAL SERVICE IN THE COUNTERFORCE OF PREJUDICE TO LGBTs PEOPLE

### ABSTRACT

The present Work of Conclusion of Course (TCC) deals with the problem of prejudice against the LGBT segment, whose main objective is focused on the analysis of the particularity of the prejudice against said segment evidencing the experience of supervised internship in Social Service in the Center (Creas II), in the neighborhood of Novo Cruzeiro, in the city of Campina Grande-PB. The reflections contained in this register are the result of the observations and concerns made during the compulsory supervised internship, the discussions raised in the discipline of Ethics and Social Service and the readings of authors that talk about Social Work, the complexities of morality, ethics, life and prejudice against LGBT people. Therefore, it is an exploratory, bibliographic and documentary study. The theoretical approach with the present theme points to everyday life, above all, in the capitalist mode of production, as a sphere prone to the development of a (homophobic) behavior based on prejudice in relation to the LGBT segment. In this direction, the data reveal how this segment has suffered the most varied forms of violation of rights, from prejudice to extermination. The speeches, the comments of the socioeducandos during the internship experience, reiterate a way of thinking based on the common sense and, therefore, a position of prejudice with respect to the segment LGBT. Taking into account that the social worker has a professional project that opposes any form of prejudice and discrimination, especially in the current context, the data and observations made in the field of training, challenge even more Social Work, social movements in the elaboration of strategies for coping with prejudice.

Keywords: Social Work; Preconception; LGBTs; Supervised internship.

### REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.5

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 2 ed. São Paulo. Cortez: 2005.

BARROCO, Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do Assistente Social comentado**. [Org. Cfess]. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética, Direitos Humanos e Diversidade. In: **Cadernos Especiais**. Número 37. Rio de Janeiro, 2006.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 1 ed. São Paulo. Cortez: 2009.

BBC BRASIL. **'Meu filho vivia sendo humilhado'**: caso Dandara expõe tragédia de viver e morrer travesti no Brasil. Disponível em:< Disponível em:< <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39227148>>. Acessado em: 01/12/2018.

BRASIL. **LEI Nº 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011**. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/112435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112435.htm). acessado em: 05/12/2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Caderno CREAS. Brasília: Secretaria de Assistência Social, 2011.

BRASIL. **Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica**. Disponível em:< <http://www.mdh.gov.br/biblioteca/lgbt/portaria-no-202-2018-institui-o-pacto-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-lgbtfobica/view>>. acessado em: 01/12/2018.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>> . acessado em: 01/12/2018.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília - DF: Senado Federal, 1988.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez: 2018.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos para do Serviço Social no Brasil. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 430-455, set./dez. 2016.

CARLI, Ranieri. Comportamento ético e crítica ao preconceito burguês. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, nº 27, p.141-157, jan/jun, 2014.

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O que é preconceito?**. Série assistente social no combate ao preconceito. CFESS: Brasília, 2016.

HELER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JUSBRASIL. **Responsável por causar manifestações gerais, o projeto da Cura Gay teve sua ascensão e queda em tempo recorde**. Disponível em:< Disponível em:< <https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/376191509/entenda-o-projeto-da-cura-gay>>. Acessado em: 01/12/2018.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MOTT, Luiz; MICHELS, Eduardo; PAULINHO. **Pessoas LGBT mortas no Brasil**. Relatório 2017. Grupo Gay da Bahia, 2017. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em: 06/12/2018.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Portaria nº 202/2018 – Institui o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica**. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/biblioteca/lgbt/portaria-no-202-2018-institui-o-pacto-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-lgbtfobica/view>>. Acessado em: 05/12/2018.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo. Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Joseane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CADERNO CREAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**. Brasília, 2011.